



município de
mealhada

2011



PRESTAÇÃO DE CONTAS

MUNICÍPIO DE MEALHADA
CÂMARA MUNICIPAL

Reunião de 05/04/2012

Deliberação: A Câmara Municipal
delibera, por unanimidade, aprova
anexar a Assembleia Municipal.

Assinado

ÍNDICE

Índice	2
1 - INTRODUÇÃO	4
1.1 – Nota Prévía	4
1.2 – Relatório de Atividades Desenvolvidas	6
2 - ANÁLISE SUMÁRIA DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL E PATRIMONIAL	18
2.1 – Execução Orçamental.....	18
2.2 – Execução Patrimonial	20
3 - EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - ESTRUTURA E EVOLUÇÃO	23
3.1 – Orçamento Global	23
3.2 – Orçamento da Receita.....	26
3.2.1 – Receitas Correntes	26
3.2.2 – Receitas de Capital	28
3.3 – Orçamento da Despesa	29
3.3.1 – Despesas Correntes.....	30
3.3.2 – Despesas de Capital.....	32
3.3.3 – Equilíbrio Orçamental.....	33
3.3.4 – Encargos Assumidos e Não Pagos	34
4 - LIMITES LEGAIS	36
4.1 – Limites ao endividamento	36
4.1.1 – Limite de endividamento com empréstimos de curto prazo	36
4.1.2 – Limite de endividamento com empréstimos de médio e longo prazo	36
4.1.3 – Limite do Endividamento Líquido Municipal.....	37
5 - ANÁLISE ECONÓMICO - FINANCEIRA	40
5.1 – Balanço	40
5.2 – Demonstração de Resultados.....	45
6 - RÁCIOS ORÇAMENTAIS E FINANCEIROS	49
7 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
8 - ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	71
8.1 – Caracterização da Entidade	71
8.2 – Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados	71

INTRODUÇÃO



1 - INTRODUÇÃO

1.1 - Nota Prévia

O presente relatório foi elaborado nos termos do ponto n.º 13 do POCAL (Decreto-Lei 54-A/99, de 22 de fevereiro), com observância dos pressupostos legais da legislação aplicável, de modo a facilitar uma análise detalhada e exaustiva de toda a atividade desenvolvida pelo município de Mealhada, da execução orçamental durante o ano económico de 2011 e da situação financeira e patrimonial do município no final desse período.

Os documentos de prestação de contas que aqui se apresentam, para efeitos de apreciação pelos órgãos autárquicos competentes, Câmara e Assembleia Municipal (nos termos do disposto no art.º. 64, nº 2, alínea e), e 49º, nº 2, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação que lhe foi dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro), traduzem os níveis de execução da atividade municipal e a situação económico-financeira do município, bem como as respetivas evoluções em relação aos exercícios anteriores.

O relatório de gestão do município de Mealhada, relativo ao ano de 2011, é o principal documento de prestação de contas. Trata-se de um instrumento fundamental de diagnóstico e avaliação, não apenas porque evidencia a situação económico-financeira no final do período a que se reporta, mas também porque permite tirar conclusões fiáveis sobre a eficiência dos meios afetos à execução das atividades desenvolvidas e sobre o nível de eficácia atingido na prossecução dos objetivos enunciados e aprovados pelos órgãos autárquicos competentes.

O orçamento do município para 2011 foi elaborado de forma a dar cumprimento aos princípios orçamentais, contabilísticos e de controlo interno definidos no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL). Assim, e nos termos do artigo 6º do POCAL, são apresentados como documentos de prestação de contas, entre outros, os seguintes mapas:

- a) Plano plurianual de investimentos;
- b) Orçamento;
- c) Execução anual do plano plurianual de investimento;
- d) Mapas de execução orçamental;
- e) Balanço;
- f) Demonstração de resultados;
- g) Anexos às demonstrações financeiras.

O princípio do equilíbrio orçamental bem como todas as condições e formalismos legalmente exigidos, foram respeitados na execução do orçamento de 2011.

1.2 - Relatório de Atividades Desenvolvidas

A informação constante neste relatório reflete de forma precisa, clara e categórica a capacidade de gestão e o grau de desempenho do executivo face aos objetivos propostos.

A ação do executivo além de estruturada e sustentada, revela rigor na gestão, objetividade, respeito e zelo pelo bem público, espelhados na contenção orçamental e no rigor da despesa.

Perseguindo as linhas programáticas do programa eleitoral apresentado e aprovado pela população, o executivo continuou a apostar na **construção de uma sociedade competitiva e atrativa** assente no desenvolvimento sustentado e sustentável; orientou políticas e ações para o bem-estar e qualidade de vida da população, visando o alcance de uma **sociedade conhecedora, feliz e saudável**; investiu na **coesão e valorização do território** de forma a potenciar os fatores de progresso económico, sócio-cultural e ambiental de cada freguesia e a despertar as suas diversificadas potencialidades, promotoras de desenvolvimento equilibrado, integrado e sustentável; priorizou a **construção de um concelho solidário e de uma cidadania partilhada**, onde cada pessoa, cada ação, cada atitude empreendedora ajudam a consolidar a estratégia de desenvolvimento traçada e a construir uma identidade social e territorial coesa.

A orientação estratégica do orçamento e opções do plano de 2011 visava concluir infraestruturas em curso, lançar projetos de reforço e consolidação estrutural, reforçar as políticas de crescimento e desenvolvimento da economia, da educação e do bem-estar social e cultural, criar condições para a especialização e diferenciação do concelho nas áreas onde apresenta evidentes vantagens comparativas.

Atenta ao contexto económico, financeiro e social a proposta de orçamento apresentada e aprovada sublinhava a importância da missão e compromisso

social, assente na equidade e solidariedade, que previa já, um reforço das políticas sociais para fazer face aos desequilíbrios e necessidades crescentes da população.

Da análise decorrente deste documento, que espelha a atividade da Câmara Municipal no exercício económico de 2011, podemos concluir que foram cumpridas as principais linhas orientadoras propostas no orçamento e opções do plano.

Foi seguida uma estratégia de desenvolvimento e crescimento equilibrada e integrada que contribuiu para a consolidação da imagem e posição do concelho na região e no país.

O investimento realizado no decorrer do ano 2011 foi distribuído por todas as freguesias do concelho, contribuindo para a consolidação do desenvolvimento articulado e integrado do concelho e reforço da coesão do nosso território. É evidente a aposta em todas as áreas de intervenção, que contribuiu para o reforço da qualidade das respostas a toda a população. Da economia à educação, passando pela cultura, desporto, ação social e promoção turística, todas as áreas foram desenvolvidas visando níveis cada vez maiores de competitividade, sustentabilidade, equidade, inovação e empreendedorismo.

O relatório reflete a política de consolidação das infraestruturas, a requalificação dos espaços e animação dos equipamentos que concorrem para a qualidade de vida e bem-estar das populações; evidencia a promoção de políticas ativas orientadas para a minimização das diversas manifestações de pobreza e exclusão social, o reforço do apoio aos grupos sociais mais vulneráveis e o atender de necessidades e carências decorrentes do aumento do desemprego e precariedade no emprego que, fruto da atual conjuntura, atinge novos setores da população, exigindo de todos maior sensibilidade e solidariedade.

Norteados pelo princípio do rigor, da objetividade e da honestidade, apesar de uma conjuntura desfavorável e difícil, que se refletiu diretamente no corte de recursos e suspensão de instrumentos indispensáveis ao funcionamento e financiamento da atividade, o executivo apresenta uma excelente execução orçamental, que espelha, mais uma vez, a organização, o rigor e a determinação com que desenvolveu a sua ação.



Infraestruturas AUGI - zona desportiva Mealhada



Beneficiação arruamentos Catraia - Luso



Envolventes pavilhão municipal Barcouço



Ligação Póvoa do Garção/Barregão



Passagem hidráulica rua Américo Couto



Passeios Sargento Mor/Adões



Recuperação pontão de Várzeas



Reabilitação rua das Ferrugens/largo do cemitério - Antes



Remodelação reservatórios



ANÁLISE SUMÁRIA DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL E PATRIMONIAL

2011





2 - ANÁLISE SUMÁRIA DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL E PATRIMONIAL

Neste ponto irá proceder-se a uma breve síntese das componentes relativas à execução orçamental e patrimonial do ano 2011, designadamente, no que respeita ao comportamento e evolução histórica das suas principais variáveis.

2.1 - Execução Orçamental

Receitas

O município de Mealhada iniciou o ano de 2011 com um orçamento de receita no valor de 16.501.651 euros. No decorrer do ano e fruto do processo das modificações orçamentais, foi reforçado em 1.588.306 euros, pela inclusão do saldo de gerência de 2010, elevando o montante da receita para 18.089.957 euros.

A receita cobrada pelo município totalizou 16.832.476 euros, dos quais 10.843.774 euros são receitas de natureza corrente, 4.383.187 euros de capital e 1.605.515 euros, outras receitas.

Estes resultados traduzem-se numa execução orçamental de 93%, sendo a execução da receita corrente e de capital, respetivamente de 99% e 79%.

Principais fontes de receita:

	Valor	%
● Fundos municipais	5.414.719	32,17
● Receitas próprias	5.055.792	30,04
● Fundos comunitários	2.711.197	16,11



Despesas

O orçamento da despesa foi aprovado com uma dotação de 16.501.651 euros. Na medida em que foi reforçado pelo montante de 660.000 euros, durante o ano económico em análise, encerrou com uma dotação de 17.161.651 euros, dos quais foram comprometidos 14.109.536 euros, realizados 12.881.750 euros e pagos 12.881.750 euros.

A despesa, em termos de valores globais, atingiu uma execução orçamental de 75%. À semelhança do que aconteceu com a receita, também ao nível da despesa, a execução corrente (90%) é mais significativa que a execução de capital (55%).

Mais uma vez, e pelo sexto ano consecutivo, o município de Mealhada termina o exercício económico sem qualquer dívida orçamental.

Principais agregados da despesa:

	Realizada	%	Paga	%
● Despesas com pessoal	5.014.254	38,93	5.014.254	38,93
● Aquisição bens e serviços	3.228.405	25,06	3.228.405	25,06
● Investimentos	2.966.506	23,03	2.966.506	23,03



2.2 - Execução Patrimonial

Balanço

O ativo atingiu o valor de 72.806.021 euros, composto, essencialmente, por imobilizações (89,26%). O passivo, incluindo os acréscimos e diferimentos, situou-se em 11.871.254 euros e os fundos próprios em 60.934.767 euros.

Demonstração de Resultados

Os proveitos e ganhos do exercício atingiram o valor de 13.438.937 euros e os custos e perdas de 12.672.907 euros, obtendo-se, desta forma, um resultado líquido do exercício de 766.030 euros, tendo contribuído favoravelmente para o reforço da situação patrimonial municipal, à semelhança do verificado em anos anteriores.

Operações de Tesouraria

No que respeita às operações de tesouraria obteve-se, no final do exercício, um saldo para a gerência seguinte de 417.085 euros. Aquele valor resultou do saldo transitado da gerência anterior de 408.165 euros e dos movimentos de entradas e saídas de operações de tesouraria, que totalizaram 1.091.206 euros e 1.082.286 euros, respetivamente.

Contas de Ordem

O montante de garantias e cauções, tituladas por papel, prestadas por terceiros, foi de 140.060 euros. Uma vez que o saldo transitado de 2010 foi de 5.190.581 e que durante a gerência foram devolvidos 335.646 euros, o saldo final de garantias e cauções resultou em 4.994.996 euros.

**Saldos de gerência de 2011 para 2012**

	Valor
● Saldo de execução orçamental	4.002.128
● Saldo de operações de tesouraria	417.085
● Saldo de garantias e caucões	4.994.996

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL ESTRUTURA E EVOLUÇÃO

2011





3 - EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - ESTRUTURA E EVOLUÇÃO

3.1 - Orçamento Global

A comparação entre o orçamento inicial, final e executado permite aferir da fiabilidade dos orçamentos apresentados e da capacidade financeira da sua execução em face do volume de receitas efetivamente arrecadado.

Daquela comparação obtêm-se as variações expressas no quadro abaixo indicado, que resultaram em taxas de execução de despesa e de receita, de 75,06% e 93,05%, respetivamente.

Quadro nº 1
Execução do Orçamento para o Ano de 2011

DESIGNAÇÃO	ORÇAMENTO		EXECUÇÃO (c)	DESVIO (c) - (b)	TAXA DE EXECUÇÃO
	INICIAL (a)	FINAL (b)			
RECEITAS	16.501.651,00	18.089.956,58	16.832.476,22	-1.257.480,36	93,05%
Correntes	10.972.639,00	10.972.639,00	10.843.773,90	-128.865,10	98,83%
Capital	5.529.011,00	5.529.011,00	4.383.187,25	-1.145.823,75	79,28%
Rep. não abat. nos pag.	1,00	1,00	17.209,49	17.208,49	1720949,00%
Saldo gerência anterior		1.588.305,58	1.588.305,58	0,00	100,00%
DESPEAS	16.501.651,00	17.161.651,00	12.881.750,08	-4.279.900,92	75,06%
Correntes	9.565.187,00	9.815.187,00	8.860.308,67	-954.878,33	90,27%
Capital	6.936.464,00	7.346.464,00	4.021.441,41	-3.325.022,59	54,74%

O município de Mealhada continua a manter um efetivo controlo do orçamento, espelhado pelas elevadas taxas de execução obtidas. Tal realidade apenas é atingível com o efetivo cumprimento das regras previsionais aquando da elaboração do orçamento.



A cobrança verificada ao nível da receita atingiu o montante de 16.832.476 euros, tendo-se arrecadado 10.843.774 euros (64%) de receitas correntes e 4.383.187 euros (26%) de receitas de capital.

Do atrás exposto resultam elevadas taxas de execução quer ao nível das receitas correntes (98,83%) quer das de capital (79,28%).

O empenho deste município na concretização dos objetivos a que se propôs para o exercício económico de 2011, está, de igual forma, refletido no grau de execução alcançado ao nível das despesas (75,06%).

Observando o comportamento de cada uma das suas componentes económicas, correntes e de capital, proceder-se-á, de seguida, a uma análise da evolução global das receitas e das despesas.

Quadro nº 2 Evolução Orçamental

DESIGNAÇÃO	ANO 2010	ANO 2011	EVOLUÇÃO %
RECEITAS	16.306.408,69	16.832.476,22	3,23
Correntes	10.926.457,83	10.843.773,90	-0,76
Capital	5.134.391,98	4.383.187,25	-14,63
Outras receitas	245.558,88	1.605.515,07	553,82
DESPESAS	14.738.428,39	12.881.750,08	-12,60
Correntes	9.100.946,59	8.860.308,67	-2,64
Capital	5.637.481,80	4.021.441,41	-28,67

Da análise ao quadro nº 2, é facilmente perceptível que a evolução que se verifica ao nível da receita se deve à inclusão do saldo de gerência, uma vez que tanto o agregado corrente como o de capital apresentam uma evolução negativa. Tal facto, se por um lado é demonstrativo do atual contexto de crise económica e financeira que o país atravessa e do qual o concelho de Mealhada não se exclui, estando evidente nas contas a redução efetiva das

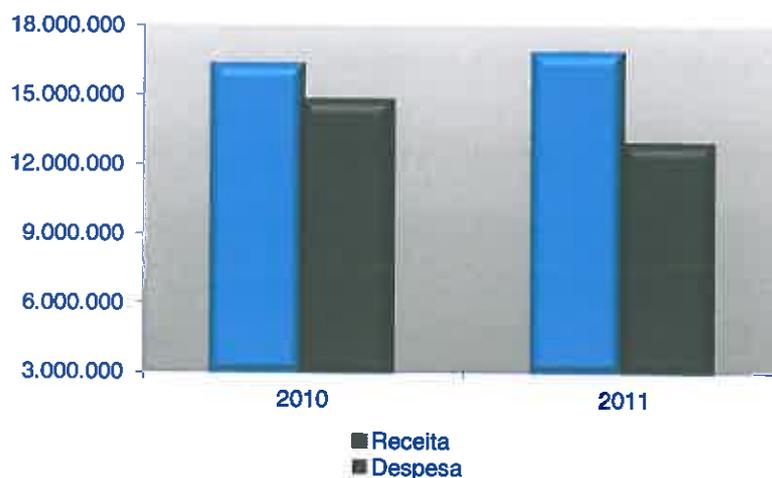


transferências do orçamento do estado, igualmente reflete o rigor da gestão orçamental, através daquela inclusão, predicado deste município.

No que respeita às despesas totais do município, e mais uma vez fruto das condicionantes económicas, verifica-se uma redução relativamente ao ano anterior. Ao nível do investimento, tal redução não é sinónimo de falta de obra, porque para além daquela que se concretizou no exercício, outra existe mas ainda sem reflexo na execução orçamental.

O gráfico a seguir apresentado evidencia a evolução verificada nos últimos dois anos:

Gráfico nº1
Evolução Orçamental





3.2 - Orçamento da Receita

No presente ponto, será feita uma análise do desempenho da receita ao nível da previsão e da cobrança, eventuais desvios, bem como da taxa de execução alcançada, tendo como referência a apreciação da estrutura orçamental.

Atendendo à sua expressão financeira, no conjunto das receitas do município, merecerão especial destaque as transferências e as receitas próprias.

3.2.1 - Receitas Correntes

Com uma taxa de execução de cerca de 99% nas receitas correntes, que pela sua natureza, assumem uma função bastante importante na gestão financeira do município, foi possível, uma vez mais, financiar um conjunto relevante de despesas obrigatórias do município.

Na realidade, o total de receita corrente cobrada de 10.843.774 euros, permitiu suportar o total das despesas correntes realizadas e ainda obter uma parcela bastante significativa para a realização de investimentos (1.983.465 euros).

A execução do orçamento do município de Mealhada cumpre, deste modo, o princípio do equilíbrio orçamental, consagrado no ponto 3.1.1 do POCAL, que estabelece que o orçamento deve prever os recursos necessários para cobrir todas as despesas e ainda que as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes. Implicitamente este princípio determina que um dos objetivos da gestão autárquica é a regra do equilíbrio orçamental corrente, podendo, no entanto, existir um excesso de receita corrente a afetar a despesas de capital.

Efetivamente houve, no exercício de 2011, à semelhança de anos anteriores, a formação de uma poupança corrente que permitiu financiar as despesas de capital.



Quadro nº 3

Estrutura e Execução das Receitas Correntes

COD	DESIGNAÇÃO	RECEITA ORÇADA	%	RECEITA COBRADA	%	DESVIO	TAXA EXECUÇÃO %
01	Impostos diretos	2.247.570,00	20,48	1.704.773,73	15,72	-542.796,27	75,85
02	Impostos indiretos	210.888,00	1,92	463.665,64	4,28	252.777,64	219,86
04	Taxas, multas e outras penalidades	125.254,00	1,15	176.155,21	1,62	50.901,21	140,64
05	Rendimentos de propriedade	567.702,00	5,17	628.592,85	5,80	60.890,85	110,73
06	Transferências correntes	5.180.028,00	47,21	5.150.664,12	47,50	-29.363,88	99,43
07	Venda de bens e serviços	2.641.192,00	24,07	2.711.197,24	25,00	70.005,24	102,65
08	Outras receitas correntes	5,00	0,00	8.725,11	0,08	8.720,11	174502,20
TOTAL		10.972.639,00	100,00	10.843.773,90	100,00	-128.865,10	98,83

A estrutura e a execução da receita corrente, representada no quadro nº 3, permitem verificar que as receitas municipais com maior peso estrutural, relativamente ao cômputo geral da receita corrente, representando 94,12% das receitas cobradas, são as **transferências correntes, venda de bens e serviços e receitas fiscais.**

A análise do quadro, permite ainda constatar que os recursos locais, propriamente ditos, totalizaram 5.055.792 euros, representando 46,62% dos recursos correntes do município - é a chamada "receita própria" que, ao agregar o conjunto das receitas municipais arrecadadas, sem qualquer dependência de entidades terceiras, deixa transparecer o seu grau de auto financiamento.

As **transferências correntes**, com um peso de 47,50%, contemplam, entre outras, as transferências provenientes do orçamento de estado, nomeadamente, o fundo de equilíbrio financeiro (FEF), o fundo social municipal (FSM) e a participação fixa no IRS, bem como outras transferências, das quais se destacam as provenientes da transferência de competências em matéria de educação.



O capítulo **venda de bens e serviços**, com um peso de 25%, no total da receita cobrada, reflete a importância dada, pelo município, ao desenvolvimento das suas competências e atividades, na prossecução do interesse público, tendo em vista a satisfação das necessidades coletivas das populações, nomeadamente no que respeita aos domínios sociais, económicos, culturais e desportivos.

No que respeita ao grau de execução, atingiram-se elevadas taxas de realização em todos os capítulos. Este facto foi essencial para atingir uma taxa de execução total de 98,83%.

3.2.2 - Receitas de Capital

O núcleo essencial das receitas de capital continua a ser o das **transferências**, que apresenta uma percentagem de 82,62% do total das receitas cobradas. Na realidade, aquele capítulo, com uma taxa de execução de 122,13%, foi determinante para o valor, bastante satisfatório, alcançado pelas receitas de capital (79,28%).

No seguimento desta análise, verificamos que o capítulo **venda de bens de investimento** apresenta um desvio negativo de cerca de 1,85 milhões de euros relativamente ao valor previsto. A disparidade observada entre os valores orçados e cobrados, não pode ser imputada à falta de rigor na elaboração do orçamento, mas antes a circunstâncias muito concretas do contexto económico e financeiro nacional e internacional.

Todo o exposto poderá ser constatado no quadro nº 4, que a seguir se apresenta.



Quadro nº 4

Estrutura e Execução das Receitas de Capital

COD	DESIGNAÇÃO	RECEITA ORÇADA	%	RECEITA COBRADA	%	DESVIO	TAXA EXEC. %
09	Venda de bens Investimento	2.200.004,00	39,79	352.546,60	8,04	-1.847.457,40	16,02
10	Transferências de capital	2.965.004,00	53,63	1.621.237,82	82,62	656.233,82	122,13
11	Ativos financeiros	2,00	0,00	0,00	0,00	-2,00	0,00
13	Outras receitas de capital	364.001,00	6,58	409.402,83	9,34	45.401,83	112,47
TOTAL		5.529.011,00	100,00	4.383.187,25	100,00	-1.145.823,75	79,28

3.3 - Orçamento da Despesa

Analise agora a despesa na ótica da classificação económica, o que permite identificar quer o destino privilegiado das despesas - correntes ou de capital - quer a sua natureza - custos com pessoal, aquisição de bens e serviços, transferências, etc.

Será feita uma comparação entre os valores orçamentados e os valores executados, o que permitirá examinar o nível de realização das despesas e apurar os eventuais desvios. Neste estudo, que terá por base as despesas efetuadas (valores contabilizados nos mapas de execução orçamental), abordaremos, igualmente, a despesa assumida e não paga até ao final do ano económico.

O quadro nº 5 resume, na ótica da classificação económica, o total da despesa orçamental contabilizada pelo município, comparando os valores previstos com os realmente pagos.



Quadro nº 5 Estrutura e Execução da Despesa

CAPÍTULOS	DESPESA ORÇADA	%	DESPESA PAGA	%	DESVIO	TAXA EXECUÇÃO %
Despesas correntes	9.815.187,00	57,19	8.860.308,67	68,78	-954.878,33	90,27
01-Despesas pessoal	5.234.420,00	53,33	5.014.253,64	56,59	-220.166,36	95,79
02-Aquis. bens/serviços	3.904.036,00	39,77	3.228.405,03	36,44	-675.630,97	82,69
03-Juros outros encarg.	58.007,00	0,59	57.678,45	0,65	-328,55	99,43
04-Transf. correntes	445.279,00	4,54	417.626,51	4,71	-27.652,49	93,79
06-Out. desp. correntes	173.445,00	1,77	142.345,04	1,61	-31.099,96	82,07
Despesas de capital	7.346.464,00	42,81	4.021.441,41	31,22	-3.325.022,59	54,74
07-Aquis. bens capital	6.254.828,00	85,14	2.966.506,21	73,76	-3.288.321,79	47,43
08-Transf. de capital	401.448,00	5,46	366.584,80	9,12	-34.863,20	91,32
09-Ativos financeiros	6,00	0,00	0,00	0,00	-6,00	0,00
10-Passivos financeiros	690.180,00	9,40	688.350,40	17,12	-1.829,60	99,73
11-Out. desp. capital	2,00	0,00	0,00	0,00	-2,00	0,00
TOTAL	17.161.651,00	100	12.881.750,08	100	-4.279.900,92	75,06

No ano económico de 2011 as despesas totais pagas pelo município de Mealhada ascenderam a 12.882 milhares de euros, dos quais 31,22% reportam a despesas de capital. No que respeita ao total da despesa, obteve-se uma taxa de execução de cerca de 75%.

3.3.1 - Despesas Correntes

Relativamente às despesas correntes verifica-se uma execução orçamental de 90,27%. As despesas correntes pagas atingiram, no exercício de 2011, um total de 8.860 milhares de euros, representando cerca de 68,78% das despesas totais.

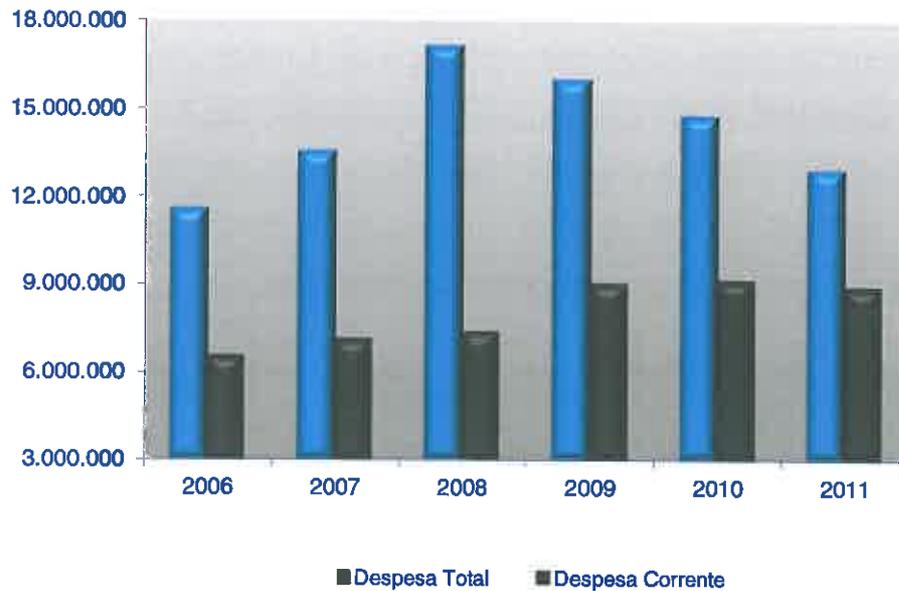
A análise da estrutura destas despesas, permite inferir da importância das despesas com pessoal, que representam 53,33% da despesa corrente orçada e



56,59% da despesa corrente paga, com uma taxa de execução que atinge os 95,79%. Esta rubrica, em conjunto com as aquisições de bens e serviços, representa 93,03% da despesa corrente paga.

Em termos absolutos, são as despesas com a aquisição de bens e serviços que apresentam o maior desvio relativamente ao valor orçado o que traduz a mais-valia associada à centralização de todos os processos de aquisição e ao esforço contínuo do município na racionalização das compras públicas.

Gráfico nº2
Evolução Despesa Corrente





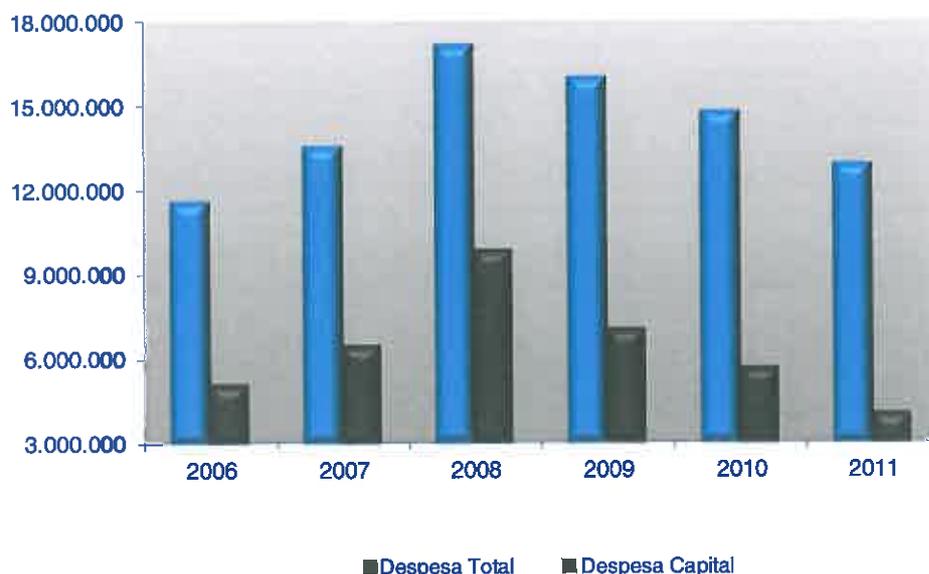
3.3.2 - Despesas de Capital

As despesas de capital, que representam cerca de 31,22% das despesas totais, alcançaram no exercício de 2011, um total pago de 4.021.441 euros, atingindo uma taxa de execução de 54,74%.

Do conjunto das despesas de capital, as mais representativas são as referentes ao capítulo 07 - Aquisição de bens de capital, com um valor de 2.966.506 euros, constituindo, deste modo, um dos agrupamentos de despesa que maior dotação de recursos absorveu durante o ano de 2011, cerca de 23,03%.

A análise da evolução deste agregado não pode ser entendida como uma efetiva diminuição do investimento municipal. Na realidade, no exercício de 2011 foram lançados concursos públicos para a realização de empreitadas de obras relevantes e estruturais para o concelho, cujos procedimentos pré-contratuais se estenderam para além dos prazos previstos, devido a factos alheios aos serviços, tendo como consequência que a sua execução física e financeira só se vá refletir nos próximos exercícios.

Gráfico n.º3
Evolução Despesa Capital





3.3.3 - Equilíbrio Orçamental

O princípio do equilíbrio orçamental, consagrado no ponto 3.1.1 do POCAL, estabelece que o orçamento deve prever os recursos necessários para cobrir todas as despesas e ainda que as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes, tal como já referido neste relatório.

Os valores orçamentados pelo município de Mealhada previam uma poupança corrente de 1.407.452 euros. No entanto, a poupança corrente executada foi de cerca de 1.983.465 euros, superior em 576.013 euros relativamente ao previsto.

Efetivamente, o município de Mealhada cumpriu o princípio do equilíbrio orçamental, tendo gerado, ainda, uma poupança corrente que permitiu financiar 49,32% das despesas de capital.

Gráfico n°4
Poupança Corrente



3.3.4 - Encargos Assumidos e Não Pagos

Quadro nº 6
Posição da Despesa

DESIGNAÇÃO	ORÇADA	FATURADA	PAGA	DÍVIDA	TAXA REALIZAÇÃO
Despesas correntes	9.815.187,00	8.860.308,67	8.860.308,67	0,00	100,00%
Despesas capital	7.346.464,00	4.021.441,41	4.021.441,41	0,00	100,00%
Total	17.161.651,00	12.881.750,08	12.881.750,08	0,00	100,00%

A leitura dos montantes da despesa orçada, faturada e paga, evidenciada no quadro nº 6, permite inferir o nível de execução orçamental na ordem dos 75,06%, quando comparada a despesa orçada com a efetivamente paga.

Contudo, comparando o total da despesa realizada (despesa faturada) com a despesa paga, verifica-se uma taxa de realização de 100%.

Esta taxa de realização reflete a política seguida por este município em termos de cumprimento atempado das suas obrigações, o que, para além de se revelar uma boa estratégia nomeadamente no que respeita ao endividamento municipal, traduz-se num forte impulso ao desenvolvimento do tecido económico-social, não penalizando, assim, os agentes económicos que com este município estabelecem relações contratuais.

LIMITES LEGAIS

2011





4 - LIMITES LEGAIS

4.1 - Limites ao endividamento

Nos termos e para os efeitos previstos no artigo 65º, do Decreto - Lei nº 29-A/2011, de 01 de março, o qual estabelece as disposições necessárias à execução do orçamento do estado para 2011, conjugado com a Lei nº 55-A/2010, de 31 de dezembro, alterada pela Lei nº 60-A/2011 de 30 de novembro, foram calculados por este município, de acordo com o disposto nos artigos 37º e 39º da Lei nº 2/2007, de 15 de janeiro (lei das finanças locais), os limites de endividamento municipal para 2011, que a seguir se indicam:

	Montante
● Limite ao endividamento de curto prazo	684.508,78
● Limite ao endividamento de médio e longo prazo	6.845.087,83
● Limite ao endividamento líquido	8.556.359,79

Demonstra-se agora o cumprimento de cada um daqueles limites, pelo município, no exercício económico de 2011.

4.1.1 - Limite de endividamento com empréstimos de curto prazo

No ano 2011, o município de Mealhada, não contraiu qualquer empréstimo de curto prazo.

4.1.2 - Limite de endividamento com empréstimos de médio e longo prazo

O nº 2, do artigo 39º, da lei das finanças locais estabelece que o montante da dívida de cada município, referente a empréstimos a médio e longo prazo, não pode exceder, em 31 de dezembro de cada ano, a soma do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF, da parcela fixa de participação no IRS, da participação nos resultados



das entidades do sector empresarial local e da derrama, relativas ao ano anterior.

Dado que:

- O montante em dívida com empréstimos de médio e longo prazo, no final de 2011, foi de 1.970.473,82 euros. Não foi considerada a dívida do empréstimo contraído ao BPI, por se encontrar excluído do limite consagrado no nº 2 do artigo 39º da Lei nº 2/2007, de 15 de janeiro.
- O montante das receitas a considerar para efeitos do cálculo dos limites de endividamento é de 6.845.087,83 euros.

Verifica-se, assim, que o município de Mealhada dispõe de uma confortável capacidade de endividamento que, por si só, garante a concretização dos projetos ambiciosos do executivo.

4.1.3 - Limite do Endividamento Líquido Municipal

O endividamento líquido municipal encontra-se definido no nº 1, do artigo 36º, da lei das finanças locais, como a diferença entre a soma dos passivos, qualquer que seja a sua forma, incluindo os empréstimos contraídos, os contratos de locação financeira e as dívidas a fornecedores, e a soma dos ativos, nomeadamente o saldo de caixa, os depósitos em instituições financeiras, as aplicações de tesouraria e os créditos sobre terceiros.

Em conformidade com as disposições do artigo 37º daquele diploma, o montante do endividamento líquido total de cada município, em 31 de dezembro de cada ano, não pode exceder 125% do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF, da participação no IRS, da derrama e da participação nos resultados das entidades do sector empresarial local, relativas ao ano anterior.

No que respeita ao município de Mealhada, o endividamento líquido reportado a 2011 foi de -5.036.623,06 euros (passivos - ativos). Tendo em conta o

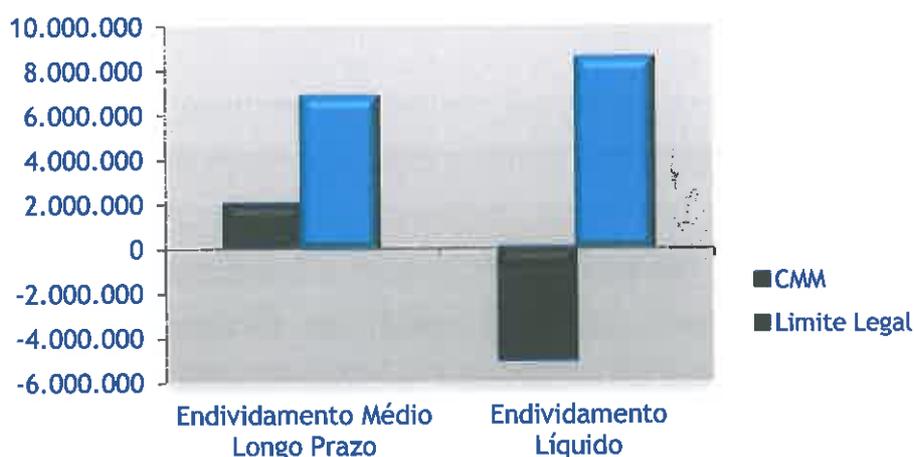


estabelecido por lei, mais uma vez, e à semelhança do que vem acontecendo nos últimos anos, o município de Mealhada manteve o seu endividamento em valores muito aquém do limite, situação que revela a perfeita saúde financeira do município e a capacidade de se lançar nos grandes desafios que se propõe para o futuro próximo.

$$125\% \times 6.845.087,83 = 8.556.359.79$$

Pelo exposto, e não obstante as restrições impostas pela lei das finanças locais e pela lei do orçamento do estado, constata-se que a gestão da dívida deste município, se tem pautado por princípios de rigor e forte controlo.

Gráfico nº5
Situação Face aos Limites



ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

2011



5 - ANÁLISE ECONÓMICO - FINANCEIRA

A análise económico-financeira sintetiza os resultados obtidos pelo município de Mealhada, reportados a 31 de dezembro de 2011.

5.1 - Balanço

Enquanto a execução orçamental reflete a receita e a despesa de determinado exercício económico, o balanço retrata a atividade do município ao nível patrimonial, ou seja, demonstra os seus bens, direitos e obrigações.

A atividade de um município reveste-se de aspetos muito particulares, bem distintos da atividade de uma qualquer empresa. De facto, enquanto aquelas transformam e/ou comercializam bens ou prestam serviços, com o objetivo final da maximização do lucro, boa parte da atividade dos municípios está concentrada na construção/aquisição de imobilizado e na prestação de serviços, com o fim último de contribuir para a maximização da satisfação das necessidades dos munícipes e desta forma para a melhoria de qualidade de vida das populações.

BALANÇO			
Imobilizado		Fundos Próprios	
Bens de domínio público	38.224.118,38	Património	32.898.965,42
Imobilizações incorpóreas	353.270,14	Reservas	4.873.125,06
Imobilizações corpóreas	25.206.862,58	Resultados transitados	22.396.646,69
Investimentos financeiros	1.204.298,17	Resultado líquido do exercício	766.029,70
Circulante		Passivo	
Existências	191.773,44	Provisões para riscos e encargos	140.894,14
Dívidas de terceiros - curto prazo	2.735.686,46	Dívidas a terceiros - M/L prazo	2.390.182,06
Depósitos em inst. financ. e caixa	4.419.212,60	Dívidas a terceiros - curto prazo	421.036,60
Acréscimos e diferimentos	470.799,21	Acréscimos e diferimentos	8.919.139,31
Total do Ativo	72.806.020,98	Total dos F. Próprios + Passivo	72.806.020,98

Da análise do balanço, salienta-se a representatividade do ativo fixo no ativo total do município.



Na estrutura do passivo verifica-se o baixo peso do endividamento, que representa apenas cerca de 4% do ativo, o que continua a vincar a independência financeira do município de Mealhada.

O grau de autonomia (83,69%), demonstra a capacidade do município de financiar o seu ativo, através de fundos próprios, sem ter de recorrer a capitais alheios.

Seguidamente proceder-se-á à análise da estrutura patrimonial do município, bem como da sua evolução no exercício de 2011, face ao exercício de 2010.

Quadro nº 7 Estrutura e Evolução Patrimonial da Autarquia

DESCRIÇÃO	BALANÇO 2010	PESO	BALANÇO 2011	PESO	VARIAÇÃO	%
Imobilizado	65.468.726,34	94,44	64.988.549,27	89,26	-480.177,07	-0,73
Existências	185.802,38	0,27	191.773,44	0,26	5.971,06	3,21
Dívidas de terceiros	1.146.742,12	1,65	2.735.686,46	3,76	1.588.944,34	138,56
Disponibilidades	1.996.470,94	2,88	4.419.212,60	6,07	2.422.741,66	121,35
Acréscimos e diferimentos	526.810,92	0,76	470.799,21	0,65	-56.011,71	-10,63
Ativo	69.324.552,70	100	72.806.020,98	100,00	3.481.468,28	5,02
Património	32.898.965,42	54,58	32.898.965,42	53,99	0,00	0,00
Reservas	4.793.680,94	7,95	4.873.125,06	8,00	79.444,12	1,66
Resultados	22.585.313,49	37,47	23.162.676,39	38,01	577.362,90	2,56
Fundos Próprios	60.277.959,85	100	60.934.766,87	100,00	656.807,02	1,09
Provisões	0,00	0	140.894,14	1,19	140.894,14	∞
Dívidas a 3ºs m/l prazo	3.078.528,68	34,03	2.390.182,06	20,13	-688.346,62	-22,36
Dívidas a 3ºs c/ prazo	416.054,65	4,60	421.038,60	3,55	4.983,95	1,20
Acréscimos e diferimentos	5.552.009,52	61,37	8.919.139,31	75,13	3.367.129,79	60,65
Passivo	9.046.592,85	100	11.871.254,11	100,00	2.824.661,26	31,22



Para uma melhor compreensão da tendência evolutiva da posição financeira e patrimonial do município, patente no quadro anterior, apresenta-se um estudo de cada um dos elementos constitutivos.

A - Estrutura do Ativo

A1 - O **imobilizado** apresenta uma variação negativa, em termos absolutos, de 480.177,07 euros à qual correspondeu um decréscimo de 0,73%, face ao ano anterior.

A2 - Os valores contabilizados como **dívidas de terceiros**, no final de 2011, correspondem a três situações distintas:

- a) Dívidas de clientes, contribuintes e utentes, referentes a diversos serviços prestados pelo município. De realçar o reconhecimento de dívida referente à taxa de ocupação do espaço do domínio público municipal, cuja cobrança se apresenta duvidosa;
- b) Dívidas de outros devedores, referentes à obtenção de participações financeiras, relativas a projetos já aprovados, tais como o *centro educativo da Pampilhosa, requalificação viveiros florestais de Mealhada/parque urbano, requalificação urbana da vila do Luso, infraestruturas zona industrial Bairrada/Pedrulha - 2ª Fase, implementação de redes de área local e instalação de quadros interativos nas escolas do 1º CEB, construção de ponte em Várzeas, equipamentos de apoio ao parque da cidade, requalificação largo S. Martinho-Arinhos, projeto BRIGHT*;
- c) Dívidas de outros devedores, referentes à aquisição de lotes de terreno da zona industrial Bairrada/Pedrulha - 2ª fase.

A3 - Quanto às **disponibilidades**, estas apresentam um valor de 4.419.213 euros que se divide em saldo de gerência orçamental e de operações de tesouraria, respetivamente nos montantes de 4.002.128 euros e de 417.085 euros.



A4 - De acordo com o princípio da especialização do exercício, os **acréscimos e diferimentos** refletem os proveitos a reconhecer no exercício, mas cuja receita só irá ocorrer em exercícios posteriores, e os custos que devem ser reconhecidos em exercícios seguintes, num total de 435.651 euros e 35.149 euros, respetivamente.

B - Estrutura dos Fundos Próprios

A variação 1,09 %, face ao exercício de 2010, reflete, essencialmente, um aumento dos resultados do exercício de cerca de 577.363 euros.

Nos termos dos pontos 2.7.3.1., 2.7.3.2., 2.7.3.3. e 2.7.3.4. do POCAL, os resultados líquidos do exercício serão transferidos, no início de cada exercício, para a conta 59 - Resultados transitados, cujo montante deverá ser repartido para que a conta 51 - Património corresponda a 20% do ativo líquido.

Ora, dado que na atual situação, o valor registado naquela conta corresponde a 45,19% do ativo líquido, o município não estará obrigado a reforçar a conta 51 - Património. Deverá, no entanto, e nos termos do ponto 2.7.3.5. do POCAL, constituir um reforço da conta 571 - Reservas legais, no valor de 38.301.49 euros, correspondente a um valor mínimo de 5% do resultado líquido do exercício.

Para uma melhor compreensão da formação do resultado líquido, salienta-se que uma parte significativa da receita não é canalizada para gastos correntes (custos do exercício), mas sim para investimentos, contabilizados na classe 4 do POCAL (imobilizado). Só uma parte desta despesa de investimento é transferida anualmente para custos, por via das amortizações do exercício. Como a maioria da receita é lançada na classe 7 (proveitos), mas parte substancial da despesa vai à classe 4, é gerado um resultado líquido positivo.



C - Estrutura do Passivo

C1 - As amortizações ao capital em dívida bem como a não contratação de novos empréstimos originaram uma diminuição de 22,36% das dívidas a terceiros de médio/longo prazo.

C2 - No que toca às dívidas a terceiros de curto prazo, o seu valor deve-se principalmente a reforços de garantias ou cauções prestadas por fornecedores de imobilizado e operações de tesouraria correspondentes a cobranças efetuadas pelo município a favor de terceiros no mês de dezembro de 2011, com prazo de pagamento em 2012.

C3 - Relativamente aos acréscimos e diferimentos constantes do passivo, estes são compostos por acréscimos de custos e proveitos diferidos. Os acréscimos de custos correspondem a custos relativos ao ano de 2011 e a reconhecer neste exercício, mas cuja despesa só será incorrida em 2012, nomeadamente direitos de férias, subsídio de férias e respetivos encargos sociais dos funcionários do município.

Saliente-se que, não obstante a redução no subsídio de férias imposta pela lei do orçamento de estado para 2012, foram efetuados acréscimos das remunerações relativas àquele subsídio. Na realidade, o nº 1 do art.º21º daquele articulado apenas suspende o pagamento do subsídio de férias durante a vigência do programa de assistência económica e financeira. Entende-se, salvo melhor opinião, que não é suspenso o direito ao subsídio, pelo que o mesmo deverá ficar refletido.

Os proveitos diferidos no montante de 8.138.299 euros, incluem o valor referente a subsídios para investimento, a transferir sistematicamente para uma conta de proveitos, nos exercícios futuros, e ainda os valores respeitantes aos contratos de promessa de compra e venda dos lotes de terreno da zona industrial Pedrulha, 2ª fase.

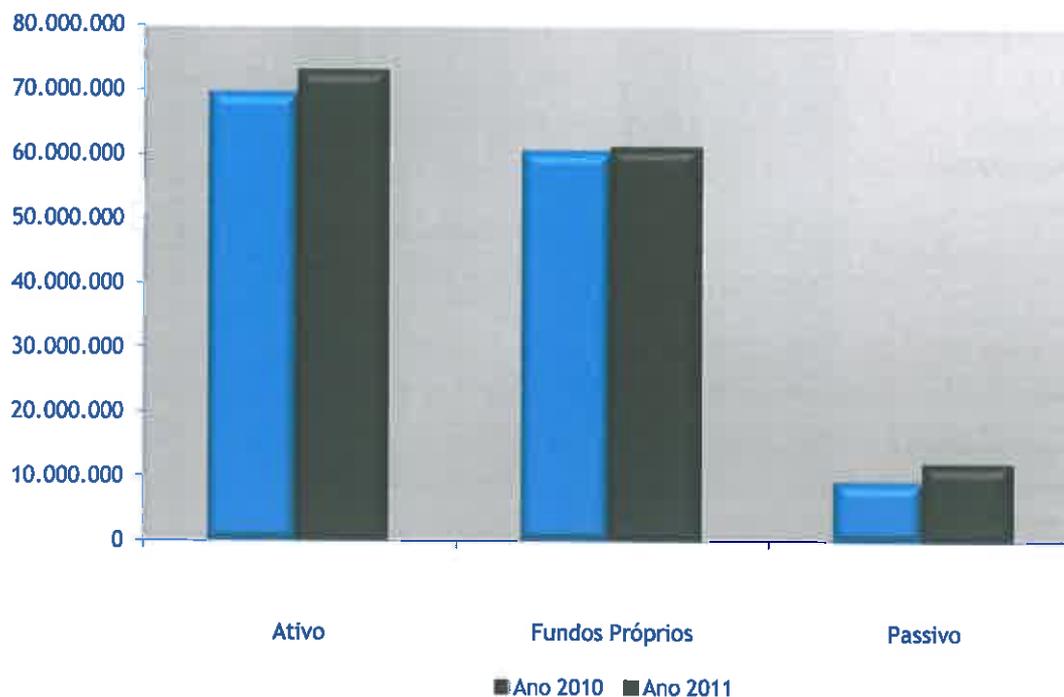
O cumprimento do princípio da especialização do exercício está, deste modo, garantido.



Gráfico nº 6

Evolução Patrimonial da Autarquia

2010/2011



5.2 - Demonstração de Resultados

A demonstração de resultados é o mapa contabilístico que apresenta os resultados das operações económicas (custos e proveitos) do município, durante um determinado período e que serve para avaliar como foram aplicados os recursos utilizados e, consequentemente, a “performance” dos seus responsáveis. É elaborada tendo em conta o princípio contabilístico da especialização do exercício, em que os custos e os proveitos são reconhecidos quando incorridos ou obtidos, independentemente do seu pagamento ou recebimento.



Quadro nº 8

Estrutura e Evolução da Demonstração de Resultados

DESCRIÇÃO	2010	PESO	2011	PESO	VARIAÇÃO	%
CMVMC	247.703,30	1,94	196.755,78	1,55	-50.947,52	-20,57
Fornecimentos e serviços externos	3.005.488,15	23,58	3.057.538,37	24,13	52.050,22	1,73
Custos com pessoal	5.279.723,08	41,43	4.952.236,58	39,08	-327.486,50	-6,20
Trans. subs. correntes concedidos	426.713,77	3,35	417.106,08	3,29	-9.607,69	-2,25
Amortizações do exercício	3.140.991,43	24,64	2.847.967,82	22,47	-293.023,61	-9,33
Provisões do exercício	0,00	0,00	565.097,66	4,46	565.097,66	∞
Outros custos e perdas operacionais	0,00	0,00	90,36	0,00	90,36	∞
Custos e perdas financeiros	88.709,02	0,70	100.409,62	0,79	11.700,60	13,19
Custos e perdas extraordinários	556.158,12	4,36	535.704,68	4,23	-20.453,44	-3,68
Total dos custos	12.745.486,87	100,00	12.672.906,95	100,00	-72.579,92	-0,57
Vendas e prestações de serviços	2.347.343,91	17,14	2.457.082,00	18,28	109.738,09	4,67
Impostos e taxas	2.163.555,74	15,80	2.402.526,14	17,88	238.970,40	11,05
Transferências e subsídios obtidos	7.464.559,58	54,51	7.076.239,14	52,65	-388.320,44	-5,20
Outros prov. e ganhos operacionais	6.140,72	0,05	2.756,38	0,02	-3.384,34	-55,11
Proveitos e ganhos financeiros	733.188,02	5,35	1.120.735,57	8,34	387.547,55	52,86
Proveitos e ganhos extraordinários	979.581,32	7,15	379.597,42	2,83	-599.983,90	-61,25
Total dos proveitos	13.694.369,29	100,00	13.438.936,65	100,00	-255.432,64	-1,87

Os custos e perdas reconhecidos no exercício de 2011, apresentam no seu conjunto uma variação negativa de cerca de 72,5 mil euros, relativamente ao ano anterior.

Os custos com pessoal e com fornecimentos e serviços externos são os que apresentam um maior peso no total dos custos do exercício (63,21%).

Das rubricas que apresentaram variação positiva destacam-se as provisões do exercício e os custos e perdas financeiros. Tal incremento decorre da criação

de provisões para investimentos financeiros, cobranças duvidosas e riscos e encargos.

Os proveitos operacionais, consequentes da atividade corrente do município, representam cerca de 88,84% do montante total dos proveitos.

Os proveitos e ganhos de natureza extraordinária e financeira, assumem pouco significado no conjunto total dos proveitos, pois a soma dos dois representa apenas cerca de 11% dos proveitos totais.

No exercício económico de 2011, o município de Mealhada encerrou as suas contas com um **resultado líquido** de cerca de 766.029,70 euros.

RESULTADOS	2010	2011
Resultados operacionais (A)	-119.019,78	-98.188,99
Resultados financeiros (B)	644.479,00	1.020.325,95
Resultados correntes (A) + (B)	525.459,22	922.136,96
Resultados extraordinários (C)	423.423,20	-156.107,26
Resultado Líquido do Exercício (A) + (B) +(C)	948.882,42	766.029,70

Gráfico nº 7
Evolução Resultados



RÁCIOS ORÇAMENTAIS E FINANCEIROS

2011





6 - RÁCIOS ORÇAMENTAIS E FINANCEIROS

Grau de Cobertura Global das Despesas

Receita Total / Despesa Total	
Receita Total	16.832.476,22
Despesa Total	12.881.750,08
Grau de Cobertura	130,67 %

Este rácio mede a capacidade das receitas totais cobrirem as despesas totais.

Grau de Cobertura Global das Despesas sem Recurso a Crédito

Receita Total - Passivos Financeiros / Despesa Total	
Receita Total - Passivos Financeiros	16.832.476,22
Despesa Total	12.881.750,08
Grau de Cobertura	130,67 %

Este rácio mede o grau de cobertura das despesas totais pelas receitas da autarquia que não são provenientes de empréstimos de terceiros. Refira-se que no ano de 2011 não houve recurso ao crédito.

Grau de Cobertura da Despesa Total pelos Recursos Locais

Recursos Locais / Despesa Total	
Recursos Locais	5.055.791,82
Despesa Total	12.881.750,08
Grau de Cobertura	39,25 %

Peso dos Recursos Locais na Receita Total

Recursos Locais / Receita Total	
Recursos Locais	5.055.791,82
Receita Total	16.832.476,22
Peso	30,04 %

Peso das Transferências Comunitárias na Receita Total

Transferências Comunitárias / Receita Total	
Transf. Correntes e Capital do Exterior	1.470.367,36
Receita Total	16.832.476,22
Peso	8,74 %

Peso das Despesas com Pessoal na Despesa Total

Despesas com Pessoal / Despesa Total	
Despesas com Pessoal	5.014.253,64
Despesa Total	12.881.750,08
Peso	38,93 %

Peso do Investimento na Despesa de Capital

Investimento / Despesa Capital	
Investimento	2.966.506,21
Despesa de Capital	4.021.441,41
Peso	73,77 %



Peso dos Passivos Financeiros na Despesa Total

Passivos Financeiros / Despesa Total	
Passivos Financeiros	688.350,40
Despesa Total	12.881.750,08
Peso	5,34 %

Peso das Despesas Correntes na Despesa Total

Despesas Correntes / Despesa Total	
Despesas Correntes	8.860.308,67
Despesa Total	12.881.750,08
Peso	68,78 %

Peso das Despesas de Capital na Despesa Total

Despesas Capital / Despesa Total	
Despesas Capital	4.021.441,41
Despesa Total	12.881.750,08
Peso	31,22 %

Endividamento

Dívidas a 3ºs / Fundos Próprios e Passivo	
Dívidas a 3ºs	2.811.220,66
Fundos Próprios e Passivo	72.806.020,98
Peso	3,86 %

Peso do Endividamento a Médio e Longo Prazo

Dívidas a 3ºs M/L Prazo / Fundos Próprios e Passivo	
Dívidas a 3ºs Médio/Longo Prazo	2.390.182,06
Fundos Próprios e Passivo	72.806.020,98
Peso	3,28%

Grau de Cobertura do Imobilizado por Capitais Permanentes

Capitais Permanentes / Imobilizado Líquido Total	
Capitais Permanentes	63.324.948,93
Imobilizado Líquido Total	64.988.549,27
Grau	0,97

Estrutura do Endividamento

Dívidas a 3ºs Curto Prazo / Ativo	
Dívidas a 3ºs Curto Prazo	421.038,60
Ativo	72.806.020,98
Peso	0,58 %

Autonomia Financeira

Fundos Próprios / Ativo	
Fundos Próprios	60.934.766,87
Ativo	72.806.020,98
Peso	83,69 %

CONSIDERAÇÕES FINAIS



7 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do relatório de gestão de 2011 permite-nos afirmar que estamos perante uma excelente execução orçamental, que perseguiu os objetivos propostos, assentes no princípio da prudência e do equilíbrio, agindo com o rigor, a organização e a determinação que sempre caracterizou esta equipa.

Num contexto de incertezas, constantes cortes nas transferências da administração central, atrasos consecutivos no lançamento de avisos de candidatura aos diferentes eixos do QREN e sistemática substituição daquelas que deveriam ser as competências do Estado Democrático a autarquia protegeu a sua população, realizou obra, desenvolveu ações, projetos e estratégias que permitiram catapultar o concelho para mais elevados níveis de crescimento e desenvolvimento.

O nível de execução orçamental atingido deve-se a um esforço conjunto de todos os colaboradores, parceiros e agentes que direta e indiretamente contribuíram para a concretização dos projetos e ações constantes do orçamento e opções do plano.

O presente relatório espelha a fidelidade a uma linha de rumo bem definida, a existência de planeamento estratégico e a hierarquização de prioridades que permitiram responder com critério e eficácia aos desafios, problemas e constrangimentos que surgiram ao longo do exercício.

Apostámos em todas as variáveis do desenvolvimento integrado e sustentado, articulámos políticas e ações com os autarcas e populações das freguesias; colaborámos e apoiámos todos os agentes sociais e culturais do concelho; abraçámos todos os desafios do ensino, educação e formação profissional; reforçámos as políticas de desporto e cultura para todos; investimos na promoção e proteção do meio ambiente e intensificámos a educação ambiental junto da população; desenvolvemos projetos e ações de promoção e dinamização da atividade económica; apoiados por uma forte rede social e agentes e gentes disponíveis e solidários conseguimos criar mecanismos de

resposta às crescentes solicitações sociais e inúmeros problemas emergentes do contexto de crise económica e social.

Apesar de um clima de recessão, de excessivos cortes na capacidade e poder de compra das famílias e das empresas, na crescente incapacidade dos diferentes agentes económicos fazerem face às suas necessidades e compromissos, rumámos os destinos do concelho com equilíbrio, determinação e tenacidade transmitindo aos cidadãos sentimento de segurança, conforto e confiança.

Reiterando a defesa de que mais importantes que os números e as taxas são os projetos, as realizações e a satisfação das populações; que a nudez dos números e dos princípios contabilísticos não espelham nem ilustram o significado e o impacto de cada instrumento e de cada despesa, continuamos a afirmar que o verdadeiro reflexo das políticas e ações residem nas mudanças de comportamento e de atitudes da população; na usufruição dos bens, equipamentos e serviços que vamos colocando à disposição das nossas gentes; nos excelentes indicadores de bem-estar e qualidade de vida que apresenta o concelho; no sentido do serviço público e do espírito da missão imprimido em cada ação e em cada projeto.

Porque estamos cientes da real mais-valia das atividades e projetos desenvolvidos e do seu impacto no crescimento e desenvolvimento do concelho, podemos afirmar que mais importante que a análise numérica dos resultados alcançados é a eficácia e a eficiência das políticas e das ações na vida das nossas populações.

O exercício económico do ano de 2011 ficará na história por acontecimentos marcantes para o concelho, como:

- Acordo com a administração central para a aquisição das instalações e envolvente ao Instituto do Vinho e da Vinha. A importância do acontecimento pela morosidade e complexidade da operação mas,

sobretudo, por aquilo que representa para a qualificação e consolidação do ambiente urbano e para o ordenamento da cidade;

- A aquisição das instalações da antiga fábrica Cerâmica das Devesas e o papel deste espaço na memória e identidade da vila de Pampilhosa; a capacidade de intervir de forma estruturada e organizada naquele território;
- O lançamento do concurso para a construção do Espaço Inovação no corpo de um edifício que transporta a memória identitária da terra e do povo;

A importância e impacto destes projetos no crescimento e desenvolvimento do concelho, no conforto e expectativa criada às populações, supera em muito o investimento realizado e futuro; valores materialmente inquantificáveis.

Neste sentido, continuamos a reforçar a necessidade de realçar o forte impacto qualitativo de todos os investimentos, políticas e ações desenvolvidas, pela importância na sustentabilidade dos mesmos, nomeadamente:

- A requalificação e valorização que os espaços públicos intervencionados provocaram nas populações, criando condições interativas e dinâmicas capazes de valorizar as relações sociais e intergeracionais;
- As sinergias geradas pela implementação de uma política de educação ambiental e cidadania junto da população escolar, a conquista das bandeiras verdes das Eco-Escolas e o reconhecimento nacional das boas-práticas do concelho;
- Os benefícios da implementação das atividades de enriquecimento curricular, seguindo o princípio da universalidade e da igualdade de oportunidades;

- Os benefícios da componente de apoio à família dirigida a todas as crianças que frequentam a rede pública de jardins-de-infância, o impacto das intervenções nos equipamentos e espaços exteriores dos jardins-de-infância, a mais-valia dos materiais e recursos lúdico-pedagógicos disponibilizados;
- As aprendizagens com a organização do “Futebol de Rua” e o reflexo nas populações de risco;
- A mais-valia e o impacto do projeto “4 Maravilhas da Mesa de Mealhada” na economia e no turismo do concelho;
- As dinâmicas da biblioteca municipal, a interação com as estruturas sociais, escolares e culturais, a promoção do Plano Nacional de Leitura, o impacto das expressões artísticas na promoção da leitura junto dos diferentes públicos, a presença contínua da biblioteca na vida de toda a comunidade;
- O impacto cultural, social e educativo do Bibliomealhada em todas as povoações do concelho, interagindo com toda a população; na escola; no centro; no jardim; em casa...;
- A política de integração da população imigrante, através de condições facilitadoras de acesso ao mercado de emprego, de integração no sistema educativo, de criação de espaços de partilha e valorização de práticas e costumes;
- O papel do cine-teatro Messias na divulgação do cinema, teatro, música - criando e conquistando públicos de todas as idades; A importância de estar à disposição de toda a população seis dias por semana, durante todo o ano, oferecendo produtos culturais de qualidade, do que de mais atual se faz no país, dando palco às iniciativas culturais promovidas pelas instituições do concelho;
- A valorização do contexto sócio-educativo da população mais jovem, dotando-a de condições físicas de um conjunto alargado de atividades lúdico-pedagógicas enriquecedoras e promotoras de boas práticas, gerando gerações de cidadãos mais participativos e interventivos;

- A interação com a escola, no plano de atividades anual, nas iniciativas da Autarquia, na definição de estratégias conjuntas;
- O impacto do planeamento urbanístico e as mais-valias decorrentes dos planos;
- O desenvolvimento de atividades de ocupação de tempos livres, dirigidas a diferentes públicos, o acolhimento de estágios curriculares e formação em contexto de trabalho aos jovens estudantes;
- A mais-valia de integrar projetos estratégicos nacionais e internacionais em parceria com outras autarquias e organismos;
- O impacto de uma governação aberta e participativa, promovida pelo pelouro das freguesias, a importância das relações inter-freguesias no desenvolvimento integrado do concelho;
- Os projetos de dinamização de atividade juvenil, o gabinete de apoio ao jovem, os desafios à participação cívica da população mais jovem, a construção de espaços dedicados aos jovens;
- O impacto dos equipamentos desportivos de elevado nível no posicionamento do concelho como destino de desporto e de acontecimentos desportivos de nível nacional e internacional;
- Os benefícios do diálogo constante entre autarquia e associações na promoção cultural e social do concelho;
- O imprescindível apoio da autarquia à realização do Carnaval 2011, e o impacto que o evento tem na divulgação do património gastronómico, turístico e cultural o concelho;
- O apoio à realização das Escolíadas;
- O efeito da política de difusão de utilização de tecnologias de informação e comunicação em todo o concelho;
- O efeito alavancado da Escola Profissional na qualificação literária e profissional dos recursos humanos do concelho e na dinamização de parcerias e ações promotoras de desenvolvimento;

- O investimento na formação dos recursos humanos da autarquia na promoção de qualificação e modernização dos serviços;
- A promoção de uma política de “desporto para todos”, a animação dos equipamentos desportivos, o apoio às associações desportivas e as ações promotoras da prática desportiva;

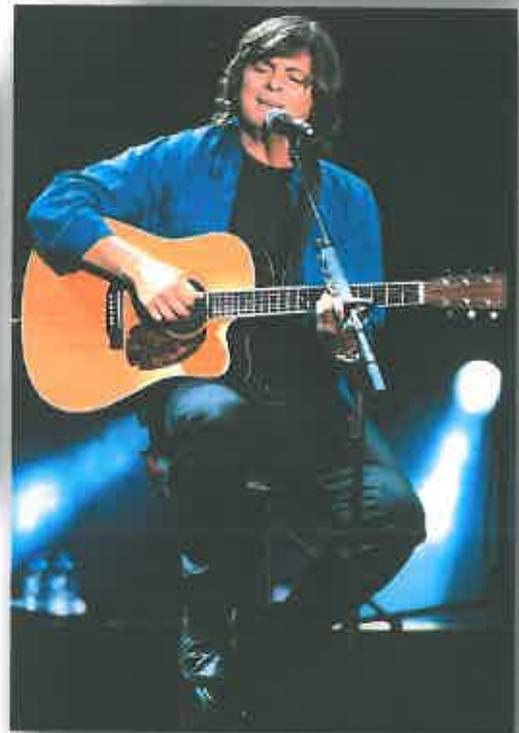
E mais um sem número de ações e atividades cujo peso numérico fica muito aquém da sua expressão, importância e impacto no bem-estar e qualidade de vida da população do concelho.

Numa plataforma de bem-estar e coesão social, conseguimos atingir um excelente nível de execução orçamental e alicerçar os eixos estratégicos de desenvolvimento: a logística e o turismo, saúde, beleza e bem-estar, suportados em projetos de âmbito nacional, em parcerias de peso e confiança.

Atingimos elevados níveis de crescimento e desenvolvimento que foram reconhecidos pela população do concelho; contribuímos para um concelho mais solidário, ajudámos a construir uma cidadania partilhada e promovemos mais segurança e mais confiança no futuro.

Assumimos um compromisso com a população do concelho, com os parceiros internos e externos e com a região, que pretendemos honrar e reforçar. Ao longo dos anos temos merecido a confiança dos nossos cidadãos pelo rigor, honestidade, espírito de missão e compromisso que temos demonstrado. É com a mesma atitude, dedicação, empenho e determinação que nos comprometemos a criar mais riqueza e coesão no nosso território, dando prioridade aos princípios, aos valores e às pessoas na construção de uma sociedade de futuro e com futuro!

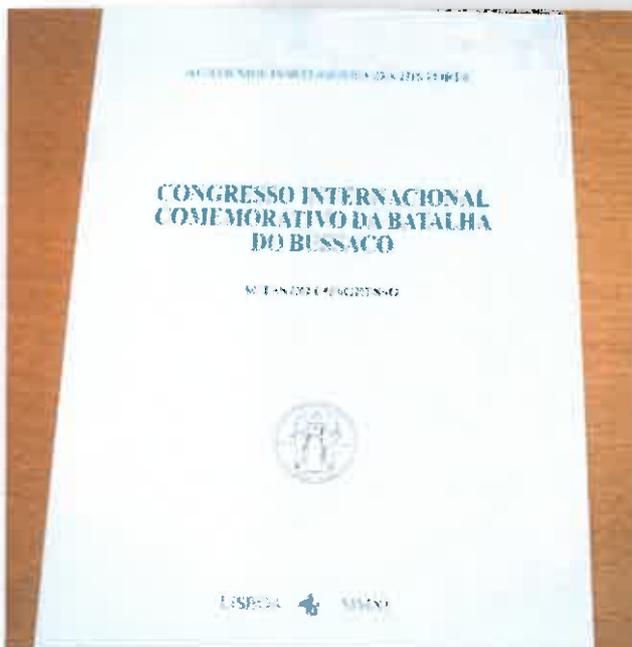
















Oficinas
2011-2012

APRENDA A PODARI!
 Descubra a arte de podar árvores e arbustos, aprendendo a reconhecer as partes da planta e a identificar as pragas e doenças. Aprenda a fazer a poda correta e a utilizar os instrumentos adequados.
 02 Novembro 2011 - 14h às 17h00
 Crianças Jovens e Adultos
 Parque da Cidade - Mealhada
 Associação Combra, Dr. - Aveiros e Passos

CULINÁRIA - TRADIÇÕES DE NATAL
 Descubra as receitas tradicionais da região do Alentejo e do Algarve, preparando pratos típicos da época natalícia.
 07 Dezembro 2011 - 14h às 17h00
 Crianças Jovens e Adultos
 Jardim da Pampalhoa
 Associação Combra, Dr. - Aveiros e Passos

CHÁS E INFUSÕES
 Descubra o mundo das plantas aromáticas e suas propriedades medicinais, preparando chás e infusões saudáveis.
 21 Janeiro 2012 - 14h às 17h00
 Crianças Jovens e Adultos
 Parque da Cidade - Mealhada
 Associação Combra, Dr. - Aveiros e Passos

APRENDER COM AS ABELHAS
 Aprenda a criar colmeias e a cuidar das abelhas, conhecendo o ciclo de vida da abelha e a importância das abelhas na polinização.
 04 Fevereiro 2012 - 10h às 12h00
 Crianças Jovens e Adultos
 Casa Municipal de Cultura - Mealhada
 Associação Combra, Dr. - Aveiros e Passos

HORTAS DOMÉSTICAS
 Descubra a importância das hortas domésticas e aprenda a cuidar das plantas, desde a sementeira até à colheita.
 24 Março 2012 - 14h às 17h00
 Crianças Jovens e Adultos
 Parque da Cidade - Mealhada
 Associação Combra, Dr. - Aveiros e Passos

DESFUTAR DE UM VINHO
 Descubra o mundo do vinho e aprenda a apreciar os diferentes tipos de vinho, conhecendo as características de cada um.
 06 Abril 2012 - 14h às 17h00
 Crianças Jovens e Adultos
 Associação Combra, Dr. - Aveiros e Passos

Associação Combra, Dr. - Aveiros e Passos
 Câmara Municipal de Mealhada e Biblioteca Municipal de Mealhada







NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

2011





8 - ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Introdução

As notas ao balanço e à demonstração de resultados, visam facultar um completo entendimento das demonstrações financeiras apresentadas com os documentos de prestação de contas, exigidas no ponto 2 do POCAL, no art.º 6º, do Decreto-Lei n.º 54-A/99 e na Resolução n.º4/2001 do Tribunal de Contas.

Estas notas têm como referência a numeração definida no ponto 8 do POCAL, omitindo-se todos os pontos aí definidos que não são aplicáveis, ou sobre cujo conteúdo se considera não existir informação relevante que justifique a sua divulgação.

Os mapas financeiros foram elaborados de acordo com os princípios contabilísticos definidos no ponto 3.2 do POCAL, segundo a convenção dos custos históricos, sempre que possível, na base de continuidade das operações. Os registos contabilísticos foram efetuados em conformidade com os princípios da prudência, especialização dos exercícios, consistência e materialidade.

8.1 - Caracterização da Entidade

Para efeitos de complemento de informação sobre o município, anexa-se o mapa - Caracterização da Entidade.

8.2 - Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados

8.2.2. Para efeitos de comparação do balanço com o exercício anterior, há que ter em conta as alterações a seguir indicadas:

- a) Foi reconhecida dívida, no valor de 1.274.268,09 euros, referente à taxa de ocupação do espaço do domínio público municipal, cuja cobrança se apresenta duvidosa;

- 
- b) No exercício de 2011 foram constituídas provisões relativas a investimentos financeiros, clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa e para riscos e encargos;
 - c) O balanço evidencia o exigível a curto prazo das dívidas a terceiros a médio e longo prazo.

8.2.3. Os critérios valorimétricos e métodos de cálculo respeitantes aos ajustamentos de valor aplicados foram os seguintes:

- a) Para o **imobilizado** adquirido em 2011 foi utilizado o valor de aquisição ou de produção;
- b) O **imobilizado em curso** está valorizado de acordo com o grau de execução financeira das obras e trabalhos específicos. Os autos de receção provisória de 2011 foram regularizados através da transferência dos seus valores para as respetivas contas de imobilizações corpóreas; do imobilizado em curso constam infraestruturas que já se encontram em funcionamento, no montante de 4.113.863 euros, mas por aguardarem o seu registo na conservatória, não foram ainda transitadas para imobilizado definitivo e conseqüentemente não estão a ser praticadas as respetivas amortizações;
- c) Os **investimentos financeiros** (partes de capital) foram avaliados a preço de aquisição;
- d) As **matérias-primas, subsidiárias e de consumo** são valorizadas ao custo de aquisição, que inclui todas as despesas com a compra até à sua entrada em armazém. Como método de valorização das saídas ou consumos é utilizado o custo médio ponderado;
- e) As **dívidas de e a terceiros**, são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam;
- f) As **disponibilidades em caixa e em depósitos bancários** exprimem os montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito;



- g) As **amortizações** foram calculadas por ano económico, em função da vida útil de cada tipo de ativo e pela aplicação das taxas de depreciação preconizadas pelo CIBE;
- h) As **provisões para cobrança duvidosa** correspondem aos montantes anuais em dívida de terceiros, que se encontram em mora e cujo risco de cobrança está devidamente justificado por se tratar de processos de execução fiscal e de processos judiciais;
- i) As **provisões para riscos e encargos** representam o montante da indemnização ou encargo, que o município prevê suportar, relativamente aos processos judiciais cuja resolução pelos tribunais esteja em curso;
- j) As **provisões para investimentos financeiros** registam as diferenças entre o custo de aquisição das participações financeiras e o respetivo valor dos capitais próprios.

8.2.7./ 8.2.8. Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado e respetivas amortizações e provisões.

Os movimentos ocorridos durante o exercício, nas rubricas do **ativo imobilizado**, constantes do balanço, podem ser resumidos no mapa ativo bruto que se encontra em anexo. Os valores reportam-se às aquisições do exercício, a transferências de imobilizações em curso para as respetivas contas de imobilizado e a abates (decorrentes da verificação física periódica dos bens móveis).

Saliente-se que os valores constantes do ativo imobilizado continuam aquém dos valores reais, uma vez que, e conforme será explicitado mais adiante na nota 8.2.14, alguns bens, propriedade do município, não foram ainda objeto de inventariação, pelo que o balanço não reflete os respetivos valores.

O mapa das **amortizações** é o que se segue em anexo.



8.2.14. A inventariação de todos os bens móveis, imóveis e veículos deste município foi efetuada pelos próprios serviços municipais.

Considerando que, de acordo com o disposto no Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro, os bens constitutivos do património do município são apenas aqueles que estejam registados na competente conservatória, à data de elaboração do presente relatório e contas, encontram-se por inventariar um conjunto de bens relativamente aos quais não foi ainda possível dar cumprimento aos requisitos necessários à regularização da sua titularidade, nomeadamente ao seu registo predial.

Apresenta-se, de seguida, a lista dos bens supra mencionados, a respetiva justificação da impossibilidade de registo, bem como a avaliação global correspondente.

- ▶ **Pavilhão gimnodesportivo, piscina, cafetaria varanda do lago e campos de ténis em Luso - *aguardam aprovação de operação de loteamento para o local;***

- ▶ **Piscina municipal, pavilhão gimnodesportivo, escola profissional Vasconcellos Lebre em Mealhada - *aguarda aprovação da AUGI (Área Urbana de Génese Ilegal) e operação de loteamento;***

Avaliação global: 7.919.804,94 euros.

8.2.15. Os bens do domínio público que não foram objeto de amortização, de acordo com o estipulado no POCAL e nas tabelas da Portaria nº 671/2000, de 17 de Abril (CIBE), são os terrenos e recursos naturais que se encontram classificados na conta patrimonial 451 - Terrenos e recursos naturais.



8.2.16. Entidades Participadas

DENOMINAÇÃO	SEDE	PARCELA DETIDA	CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADO DO ÚLTIMO EXERCÍCIO	ANO DO EXERCÍCIO ECONÓMICO
ERSUC - Resíduos Sólidos do Centro S.A	Coimbra	0,80%	16.513.835,00	2.058.616,00	2011
Escola Profissional da Mealhada, Lda.	Mealhada	64,10%	521.841,60	165,65	2011
WRC - WEB P/ a Região Centro, Agência de Desenvol. Regional, S.A.	Curia	0,36%	715.955,50	8.857,07	2011
Agência de Desenvolvimento Regional - COIMBRAVITA *	Coimbra				
Águas do Mondego, SA	Coimbra	1,15%	19.720.609,00	1.236.476,00	2011
Associação Coimbra Região Digital	Coimbra	6,06%	-265.111,71	-179.187,03	2011
Associação Nacional Municípios Portugueses	Coimbra	---	1.515.541,59	368.335,53	2011
Centro serviços Ambiente - CESAB	Mealhada	---	1.084.514,31	25.258,18	2011
Associação Beira Atlântico Parque	Cantanhede	---	2.455.070,22	1.235,34	2011
Associação Municípios Portugueses do Vinho	Curia	---	(a)	(a)	2011
Associação Willuso	Mealhada	---	(a)	(a)	2011
Associação Maravilhas da Mealhada	Mealhada	---	8.584,43	8.584,43	2011

*A data da elaboração destas notas ao balanço, não foram disponibilizados os elementos necessários ao seu correto preenchimento

(a) Entidade sem contabilidade organizada

8.2.22. Dívidas de Cobrança Duvidosa

O valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes do balanço é o seguinte:

CONTA	DESCRIÇÃO	SALDO INICIAL	AUMENTO	REDUÇÃO	SALDO FINAL
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa				
2181	Cobranças em atraso	0,00	1.267.184,30	0,00	1.267.184,30
2182	Cobranças em litígio	0,00	37.132,81	0,00	37.132,81
	Total	0,00	1.304.317,11	0,00	1.304.317,11

8.2.23. Valor global das dívidas ativas e passivas ao pessoal da autarquia local

De acordo com as normas contabilísticas continuou a considerar-se no passivo o direito ao subsídio de férias dos trabalhadores, embora, de acordo com o artigo 21º do orçamento de estado para 2012, o respetivo pagamento esteja suspenso.

8.2.26. Contas de Ordem

Garantias e cauções prestadas e recibos para cobrança do exercício de 2011 constam do mapa em anexo.

8.2.27. Provisões acumuladas

O desdobramento das contas de provisões acumuladas consta do mapa em anexo.

8.2.28. Movimentos ocorridos no exercício em cada uma das contas da classe 5 “Fundo Patrimonial”

CONTAS	SALDO INICIAL	AUMENTOS	DIMINUIÇÕES	SALDO FINAL
51 - Património	32.898.965,42			32.898.965,42
571 - Reservas Legais	1.175.107,96	47.444,12		1.222.552,08
575 - Subsídios	178.306,24	32.000,00		210.306,24
576 - Doações	2.519.975,32			2.519.975,32
577 - Reservas Transf. Ativos	920.291,42			920.291,42
59 - Resultados Transitados	21.636.431,07	2.152.933,17	1.392.717,55	22.396.646,69

- a) Os movimentos na conta 571-Reservas legais referem-se à constituição do reforço da reserva legal no valor de 47.444,12 euros, de acordo com a deliberação da Assembleia Municipal, de 29 de abril de 2011.



- b) O aumento de 32.000,00 euros na conta 575 - Subsídios, corresponde a recebimentos, ocorridos no exercício, relativos a participações, concedidas ao município, que não se destinam nem a investimentos amortizáveis nem à exploração.
- c) O aumento registado na conta 59 - Resultados transitados, refere-se à incorporação do resultado líquido do exercício de 2010 e ao reconhecimento de dívida referente à taxa de ocupação do espaço do domínio público municipal, relativa a exercícios anteriores. Os movimentos de diminuição refletem os valores:
1. Do reforço da reserva legal;
 2. Das amortizações, relativas a anos anteriores, decorrentes de correções efetuadas no património.
 3. Da constituição de provisões de cobrança duvidosa de dívidas relativas a anos anteriores.

8.2.29. Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas constam do mapa em anexo.

8.2.31. Demonstração dos resultados financeiros

Custos e perdas, proveitos e ganhos financeiros ocorridos no exercício de 2011 constam do mapa em anexo.

8.2.32. Demonstração dos resultados extraordinários

Custos e perdas, proveitos e ganhos extraordinários ocorridos no exercício de 2011 constam do mapa em anexo.

Anexos

2011



PRESIÇÃO DE CONTAS

MUNICÍPIO DE MELHADA
CÂMARA MUNICIPAL

Reunião de 05/04/2012

Deliberação: A Câmara Municipal
delibera, por unanimidade, aprova
permitir a Assembleia Municipal

Assinado

CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE		8.1
1 - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE: Câmara Municipal de Mealhada	8.1.1	
1.1 ENDEREÇO POSTAL: 3054-001 MEALHADA		
Telefone: 231200980 Telefax: 231203618		
N.º DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL: 506792382		
1.2 NÚMERO DE ELEITORES		
Município	Até 10 000 _____ Mais de 10 000 e menos de 40 000 _____ Igual ou superior a 40 000 _____	<input type="checkbox"/> <input checked="" type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>
FONTE: Censos 2001		
2 LEGISLAÇÃO	8.1.2	
Data de constituição ___/___/___	publicada no D.R. de <u>06/12/1836</u>	
3 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	8.1.3	
3.1 SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS		
A Câmara Municipal tem Serviços Municipalizados? <input type="checkbox"/> S <input checked="" type="checkbox"/> N		
Se respondeu sim, especifique quais e indique os respectivos grupos: _____		
3.2 EMPRESAS MUNICIPAIS		
A Câmara Municipal tem Empresas Municipais? <input checked="" type="checkbox"/> S <input type="checkbox"/> N		
Se respondeu sim, especifique quais e indique os respectivos grupos: <u>Escola Profissional de Mealhada, Lda (Empresa Municipal)</u>		
3.3 ORGÃOS		
Tem órgãos de natureza consultiva? <input checked="" type="checkbox"/> S <input type="checkbox"/> N		
Tem órgãos de fiscalização? <input checked="" type="checkbox"/> S <input type="checkbox"/> N		
3.4 ORGANOGRAMA		
Deverá anexar o organograma e diploma que o aprovou		
4 DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ACTIVIDADES	8.1.4	
<u>Prossecução de interesses públicos, nomeadamente ao nível da promoção do desenvolvimento social, salubridade pública e do saneamento, da protecção do meio ambiente, da cultura, desporto, educação e do ordenamento do território e urbanismo, etc</u>		
5 RECURSOS HUMANOS	8.1.5	
5.1 IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DO ORGÃO EXECUTIVO		
Período de 01/01/2011 a 31/12/2011		
Presidente	<u>Carlos Alberto da Costa Cabral</u>	
Vice-Presidente	<u>Maria Filomena Baptista Pereira Pinheiro</u>	Pelouro <u>Finanças/Educação/Turismo</u>
Vereador	<u>José Carlos Calhoa Morais</u>	<u>Obras Munic./Obras Partic.</u>
Vereador	<u>Júlio Manuel dos Santos Penetra</u>	<u>Desporto/Acção Social</u>
Vereadora	<u>Arminda de Oliveira Martins</u>	<u>Sem Pelouro</u>
Vereador	<u>António Miguel de Miranda Ferreira</u>	<u>Sem Pelouro</u>
Período de 01/01/2011 a 24/03/2011 e 22/08/2011 a 31/12/2011		
Vereadora	<u>Maria Leonor Reis Lopes</u>	<u>Sem Pelouro</u>
Período de 25/03/2011 a 21/08/2011		
Vereadora	<u>Marilisa Morais Duarte</u>	<u>Sem Pelouro</u>
5.2 NÚMERO DE VEREADORES		
A Tempo Inteiro	_____	<input type="checkbox"/> 3
A meio tempo	_____	<input type="checkbox"/>
Restantes vereadores	_____	<input type="checkbox"/> 3
1 - DESCRIÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DO SISTEMA INFORMATIVO		<u>Sistema de Contabilidade Autárquica - SCA (AIRC)</u>

2 - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERVALARES

DOCUMENTADAS S X

PERIODICIDADE TRIMESTRAL SEMESTRAL

3 - DESCENTRALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA

EM CASO AFIRMATIVO DESCREVA

OUTRAS INFORMAÇÕES

7 OUTRA INFORMAÇÃO **8.1.7**

7.1 REGULAMENTOS INTERNOS E OUTROS DOCUMENTOS INFORMATIVOS

	DATA DE APROVAÇÃO		DATA DE ALTERAÇÃO	
	ORGÃO EXECUTIVO	ORGÃO DELIBERATIVO	ORGÃO EXECUTIVO	ORGÃO DELIBERATIVO
INVENTÁRIO	17-04-2003	29-04-2003		
NORMAS CONTROLO INTERNO	08-04-2002			
BALANÇO INICIAL	17-04-2003	29-04-2003	25-03-2010	16-04-2010
NORMAS REGULAMENTARES À EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO				
OUTRAS				

7.2 ACÇÕES INSPECTIVAS

ENTIDADE	ANOS DE INCIDÊNCIA			
	ANO N	N - 1	N - 2	N - 3
Inspecção Geral Finanças	x			
Inspecção Geral da Administração do Território				

7.3 DOCUMENTOS DE GESTÃO

	Data de Aprovação pelo Orgão Executivo	Data da Aprovação pelo Orgão Deliberativo	Observações
Grandes Opções do Plano	09-12-2010	30-12-2010	
Orçamento	09-12-2010	30-12-2010	
Documentos de Prestação de Contas			
Outros			

8 OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES

FUNDOS ATRIBUÍDOS AO MUNICÍPIO	CORRENTE	CAPITAL	TOTAL
FEF	2.885.456,00	1.923.638,00	4.809.094,00
FSM	303.964,00		303.964,00
Participação no IRS	301.661,00		301.661,00
DESPESAS DE INVESTIMENTO NO ANO ANTERIOR AO DA GERÊNCIA EM APRECIACÃO			5.414.719,00

Município de Mealhada

Ano: 2011

Unidade: Euros

Amortizações e Provisões

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
De Bens de domínio público	485			
Terrenos e recursos naturais	4851	0,00	0,00	0,00
Edifícios	4852	334.761,91	50.190,07	384.951,98
Outras construções e infra-estruturas	4853	23.654.057,67	2.658.856,01	26.312.913,68
Bens do património histórico, artístico e cultural	4855	0,00	0,00	0,00
Outros bens de domínio público	4859	0,00	0,00	0,00
	23.988.819,58	2.709.046,08	0,00	26.697.865,66
De Imobilizações Incorpóreas	483			
Despesas de instalação	4831	0,00	0,00	0,00
Despesas de investigação e desenvolvimento	4832	57.380,00	52.523,43	109.903,43
Propriedade industrial e outros direitos	4833	0,00	0,00	0,00
	57.380,00	52.523,43	0,00	109.903,43
De Imobilizações Corpóreas	482			
Terrenos e recursos naturais	4821	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	4822			
Edifícios	48221	1.306.188,01	235.009,07	1.540.966,71
Outras construções	48222	29.315,62	11.140,10	40.455,72
Equipamento básico	4823	1.185.984,58	87.590,51	1.261.177,33
Equipamento de transporte	4824	1.079.023,58	61.246,10	1.140.269,68
Ferramentas e utensílios	4825	22.052,28	2.108,92	23.359,60
Equipamento administrativo	4826	1.691.570,15	125.022,74	1.766.784,29
Taras e vasilhame	4827	0,00	0,00	0,00
Outras imobilizações corpóreas	4829	292.567,55	31.425,97	323.993,52
	5.606.701,75	553.543,41	43.238,31	6.117.006,85
De Investimentos em imóveis	481			0,00
Terrenos e recursos naturais	4811	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções:	4812			0,00
Edifícios	48121	157.332,00	8.307,13	165.639,13
Outras construções	48122	0,00	0,00	0,00
	157.332,00	8.307,13	0,00	165.639,13
De Investimentos Financeiros	49			0,00
Partes de capital	491	0,00	34.348,18	34.348,18
Obrigações e títulos de participação	492	0,00	0,00	0,00
Outras aplicações financeiras:	495			0,00
Depósitos em instituições financeiras	4951	0,00	0,00	0,00
Títulos de dívida pública	4952	0,00	0,00	0,00
Outros títulos	4953	0,00	0,00	0,00
	0,00	34.348,18	0,00	34.348,18

Município de Mealhada

Ano: 2011

Unidade: Euros

8.2.26 - Contas de Ordem

Código	Contas Designação	GERÊNCIA ANTERIOR		MOVIMENTO ANUAL		SALDO SEGUINTE	
		Devedor	Credor	Devedor	Credor	Devedor	Credor
093	Garantias e Cauções de Terceiros						
0932	Garantias e Cauções de Terceiros, Prestadas	5.190.581,01		140.060,26		5.330.641,27	
09321	Prestadas por Fomecedores de c/c	9.299,00				9.299,00	
09322	Prestadas por Fomecedores de Imobilizado	5.172.828,31		139.060,26		5.311.888,57	
09323	Prestadas por Outros Credores	8.453,70		1.000,00		9.453,70	
0933	Garantias e Cauções de Terceiros, Devolvidas				335.645,56		335.645,56
09331	Devolvidas a Fomecedores de c/c						
09332	Devolvidas a Fomecedores de Imobilizado				335.645,56		335.645,56
09333	Devolvidas a Outros Credores						
0934	Garantias e Cauções de Terceiros, Acionadas						
09341	Acionadas a Fomecedores de c/c						
09342	Acionadas a Fomecedores de Imobilizado						
09343	Acionadas a Outros Credores						
	Total de Garantias e Cauções	5.190.581,01		140.060,26	335.645,56	4.994.995,71	
	Recibos para Cobrança						
092	Recibos para Cobrança (Receita virtual)						
0921	À responsabilidade do Tesoureiro	41.193,26		23.235,94	41.619,71	22.809,49	
0922	À responsabilidade de Outros Agentes						
	Total de Recibos para Cobrança	41.193,26		23.235,94	41.619,71	22.809,49	
	Total	5.231.774,27		163.296,20	377.265,27	5.017.805,20	

Demonstração do Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas

Município de Mealhada

Ano: 2011

(designação da autarquia local)

(unidade: EUR)

Movimentos	Mercadorias	Matérias-primas subsidiárias e de consumo
Existências Iniciais	0,00	185.802,38
Compras	0,00	200.060,82
Regularizações de Existências	0,00	2.666,02
Existências Finais	0,00	191.773,44
<i>Custos no Exercício</i>		196.755,78

Município de Mealhada

Demonstração de resultados financeiros

Ano: 2011

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2011	2010			2011	2010
681	Juros suportados	57.424,78	49.178,88	781	Juros obtidos	50.508,83	26.302,23
682	Perdas em entidades participadas	0,00	0,00	782	Ganhos em entidades participadas	9.499,51	7.500,26
683	Amortizações de investimentos em imóveis	8.307,13	39.333,00	783	Rendimentos de imóveis	712.170,01	699.321,99
684	Provisões para aplicações financeiras	34.348,18	0,00	784	Rendimentos de participações de capital	0,00	0,00
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00	785	Diferenças de câmbio favoráveis	0,00	0,00
687	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00	786	Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
688	Outros custos e perdas financeiros	329,53	197,14	787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00
				788	Outros proveitos e ganhos financeiros	348.557,22	63,54
	Resultados Financeiros	1.020.325,95	644.479,00	789	Diversos	0,00	0,00
		1.120.735,57	733.188,02			1.120.735,57	733.188,02

Município de Mealhada

Demonstração dos Resultados Extraordinários

Ano: 2011

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2011	2010			2011	2010
691	Transferências de capital concedidas	366.584,80	522.298,92	791	Restituições de impostos	0,00	0,00
692	Dívidas incobráveis	0,00	0,00	792	Recuperação de dívidas	0,00	0,00
693	Perdas em existências	0,00	0,00	793	Ganhos em existências	0,00	0,00
694	Perdas em imobilizações	44,61	0,00	794	Ganhos em imobilizações	4.200,00	18.976,81
695	Multas e Penalidades	209,12	21.145,95	795	Benefícios de penalidades contratuais	3.851,65	4.735,29
696	Aumentos de amortizações e de provisões	1.985,26	0,00	796	Reduções de amortizações e de provisões	4.011,37	0,00
697	Correções relativas a exercícios anteriores	87.072,13	11.715,50	797	Correções relativas a exercícios anteriores	125.491,30	432.442,80
698	Outros custos e perdas extraordinárias	79.808,76	997,75	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	242.043,10	523.426,42
	Resultados extraordinários	-156.107,26	423.423,20				
		378.597,42	979.581,32			379.597,42	979.581,32

Município de Mealhada

Ano: 2011

Unidade: Euros

Desdobramento das Contas de Provisões Acumuladas

	Contas	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
19	Provisões para aplicações de tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
291	Provisões para cobranças duvidosas	0,00	1.304.317,11	0,00	1.304.317,11
292	Provisões para riscos e encargos	0,00	140.894,14	0,00	140.894,14
39	Provisões para depreciação de existências	0,00	0,00	0,00	0,00
49	Provisões para investimentos financeiros	0,00	34.348,18	0,00	34.348,18

